

A ATITUDE FILOSÓFICA NA PRÁXIS EDUCATIVA: FAZER-APRENDER FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

Makeliny Oliveira Gomes Nogueira*
(Universidade Federal da Bahia)
makeliny@gmail.com

RESUMO: A intenção do presente ensaio é num primeiro momento considerar o sentido da atitude filosófica, e em seguida tentar entender como essa atitude irá permear a problemática da práxis educativa, fazendo transparecer a questão do ensino da filosofia no ensino médio. Não há aqui conclusões propriamente ditas, mas um esforço de proporcionar um espaço aberto à reflexão, ao diálogo e à dúvida.

PALAVRAS-CHAVE: Atitude Filosófica, Práxis Educativa, *Fazer-Aprender*, Ensino de Filosofia, Ensino Médio.

A filosofia deve contribuir para o desenvolvimento do espírito problematizador. A filosofia é, acima de tudo, uma força de interrogação e de reflexão, dirigida para os grandes problemas do conhecimento e da condição humana. A filosofia hoje retraída em uma disciplina quase fechada em si mesma deve retomar a missão que foi sua – desde Aristóteles a Bérgrson e Husserl – sem, contudo, abandonar as investigações que lhe são próprias. A filosofia, ao contribuir para a consciência da condição humana e o aprendizado da vida, reencontraria, assim, sua grande e profunda missão. Como já acusam as salas e os bares (cafés) de filosofia, a filosofia diz respeito à existência de cada um e à vida quotidiana. A filosofia não é uma disciplina, mas uma força de interrogação e de reflexão dirigida não apenas aos conhecimentos e à condição humana, mas também aos grandes problemas da vida. Nesse sentido, o filósofo deveria estimular, em tudo, a aptidão crítica e autocrítica, insubstituíveis fermentos da lucidez, e exortar à compreensão humana, tarefa fundamental da cultura.
(Edgar Morin)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*Integrante do grupo de pesquisa “Filosofia, linguagem e práxis pedagógica” e aluna especial do Mestrado em Educação da Universidade Federal da Bahia .

Séculos antes de Cristo, entre os primeiros pensadores ocidentais chamados pré-socráticos encontramos Protágoras, ele dizia, entre outras coisas, que “como cada coisa é para mim, assim ela é para mim; como cada coisa aparece para ti, assim ela é para ti”. Resumiu dizendo que “o homem é a medida de todas as coisas”. Muitos séculos depois, o filósofo Arthur Schopenhauer retomou o assunto dizendo que “o mundo é uma representação minha”.

Para elucidar melhor as palavras de Protágoras e Schopenhauer vou transcrever um pequeno texto trazido por Rubem Alves em seu livro “Filosofia da Ciência” que conta da experiência de Evans Pritchard em seus estudos sobre a crença na feitiçaria em um grupo de africanos, os Azande. Eis a passagem:

“A princípio achei estranho viver entre os Azande e ouvir suas ingênuas explicações de infortúnios que, para nós, têm causas evidentes. Depois de certo tempo aprendi a lógica do seu pensamento e passei a aplicar noções de feitiçaria de forma tão espontânea quanto eles mesmos, nas situações em que o conceito era relevante. Um menino bateu o pé num pequeno toco de madeira que estava no seu caminho – coisa que acontece frequentemente na África – e a ferida doía e incomodava. O corte era no dedão e era impossível mantê-lo limpo. Inflamou. Ele afirmou que bateu o dedo no toco por causa da feitiçaria. Como era meu hábito argumentar com os Azande e criticar suas declarações, foi o que fiz. Disse ao garoto que ele bateu o pé no toco de madeira porque havia sido descuidado, e que o toco não havia sido colocado no caminho por feitiçaria, pois ele ali crescera naturalmente. Ele concordou que a feitiçaria não era responsável pelo fato do toco estar no seu caminho, mas acrescentou que ele tinha os olhos bem abertos para evitar tocos – como, na verdade, os Azande fazem cuidadosamente – e que se ele não tivesse sido enfeitiçado ele teria visto o toco. Como argumento final para comprovar seu ponto de vista ele acrescentou que cortes não demoram dias e dias para cicatrizar, mas que, ao contrário, cicatrizam rapidamente, pois esta é a natureza dos cortes. Por que, então, sua ferida havia inflamado e permanecido aberta, se não houvesse feitiçaria atrás dela?” (1982, p.17).

A feitiçaria para os Azande ou o que diz Protágoras e Schopenhauer acerca de como compreendemos as coisas e das representações que fazemos acerca do mundo, independente de serem aceitas ou compartilhadas com as outras pessoas, são tomadas por nós como parâmetros para as nossas vidas. Em outras palavras, todos nós temos nossa filosofia de vida, nosso modo de desvendar, compreender e apreender o mundo.

Talvez devêssemos então refletir como vemos o mundo, e também sobre como pensamos, já que é a nossa própria vida que transparece aqui, no pensar sobre o nosso pensar...

Neste mesmo livro, supracitado, Rubem Alves diz que “o que não é problemático não é pensado”, ou seja, “que todo pensamento começa com um problema” (1982, p.23). Questionar-se é movimentar-se, precisamos pensar para fazer uma pergunta, precisamos pensar que não sabemos algo, precisamos aprender, precisamos tomar posições, fazer

escolhas, ainda que depois de algum tempo, refletindo sobre tais escolhas, mudemos de opinião. Pois bem, aqui começa nossa problemática: Pensar sobre os nossos pensamentos e principalmente sobre as nossas atitudes em função deles.

Nossos pensamentos e as nossas atitudes caracterizam-se por crenças de origem diversas, que variam com as nossas próprias experiências de vida, no entanto, esses pensamentos e atitudes podem ser incoerentes, contraditórios, irrefletidos e ingênuos. A ciência chama isso de senso-comum, mas ainda assim, são tentativas de sabermos *o que* fazer e *como* fazer as coisas em nossa vida.

Se pensarmos sobre o nosso sistema educacional com franqueza é provável que cheguemos à frustrante conclusão de que muitos dos nossos pensamentos, atitudes, e escolhas, na tentativa de um saber *o que* e *como* fazer educação, desembocam nas mais catastróficas e irrefletidas práticas pedagógicas.

Talvez isso aconteça porque nas escolas em que nós professores estudamos não nos preparamos para fazer escolhas e nem para pensarmos sobre elas, também, não aprendemos a ter uma atitude crítica perante a vida, não nos preparamos para ter alguma posição em função do que nos é ensinado, quanto mais, para ensinar essa atitude aos estudantes quando lecionamos. Na maioria das vezes, repetimos sem pensar as velhas e absurdas regras que nos foram impostas, sem investigar o significado e a importância disso para as nossas próprias vidas.

Porém, é hora de parar e pensar sobre isso. Será que não é necessário mais do que técnicas didáticas para saber *o que* e *como* fazer uma práxis pedagógica consciente? Será que isso não requer uma predisposição, uma atitude filosófica?

Qual é a solução para isso? É possível formar cidadãos críticos na escola? Como *fazer aprender a pensar*? Ensina-se a pensar? Quem ensina? Será que se pode ensinar a pensar nas escolas através da filosofia?

O ENSINO DA FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

Atenta a essas questões a UNESCO assinou a “Declaração de Paris para a Filosofia” (aprovada durante as jornadas internacionais sobre *Philosophie et Démocratie dans le Monde*, organizada pela UNESCO, em fevereiro de 1995), sublinhando que “a educação filosófica, formando espíritos livres e reflexivos capazes de resistir às diversas formas de propaganda, fanatismo, exclusão e intolerância, contribui para a paz e prepara cada um para assumir suas responsabilidades face as grandes interrogações contemporâneas, notadamente no domínio da ética”; “reconhecendo o importante papel da Filosofia em promover a democracia por meio

do encorajamento de pensamentos independentes e estimulando a capacidade crítica e de julgamento das pessoas. Declarou-se ainda que deveriam expandir e promover o papel e o *ensino da Filosofia*”.

No Brasil, nossos Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei de Diretrizes e Bases acerca do ensino de filosofia no Ensino, justificam-se legalmente. São três os principais tipos de justificativa legais para o Ensino da Filosofia no Ensino Brasileiro.

1. A partir das finalidades do próprio ensino médio os PCNs recortam do Artigo 35 da LDB as seguintes:

a) *“a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos” (inciso I);*

b) *“a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo” (inciso II);*

c) *“o aprimoramento do educando, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (inciso III);*

2. De acordo com as diretrizes curriculares propostas no Artigo 36 da LDB está claro:

“o domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania” (inciso III).

3. E do ponto de vista de sua inclusão curricular na área de ensino Ciências Humanas e suas Tecnologias – Diretrizes Curriculares Nacionais, Parecer No 15/98 fica estabelecido que:

“nesta área se incluirão também os estudos de Filosofia” (p. 58).

É acrescentado pelo Congresso Nacional o seguinte inciso IV ao artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 20/12/1996:

IV – “Serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias”.

Nas palavras do ex-ministro da educação, Tarso Genro:

“Estudar Filosofia e Sociologia no Ensino Médio contribui de maneira essencial na formação de sujeitos livres porque, além da

abertura para a reflexão dos temas da lógica, da política, da ética e da existência, dentre outros, possibilita aos educandos o primeiro acesso crítico às produções teóricas e culturais, aos conhecimentos científicos e às manifestações artísticas elaborados pela humanidade. Possibilita-lhes, também, uma compreensão mais ampla e mais crítica da realidade contemporânea. Mais ainda: leva os educandos a julgar por si mesmos, confrontar argumentações, respeitar a palavra dos outros, submeter-se somente à autoridade da razão.

A presença obrigatória da Filosofia e da Sociologia no currículo permitirá que o conhecimento científico, freqüentemente mais reconhecido pelo seu potencial produtivo, possa também ser estudado em sua historicidade, trazendo a marca das razões, das dúvidas e dos problemas que motivaram a sua produção e o seu avanço numa sociedade. Contribuirá, em especial, para a ressignificação da experiência do aluno, para afirmar sua singularidade e problematizar seus valores, para sua leitura e olhar mais consistentes sobre a realidade, para sua crítica e tomada de posição. Esses planos se entrelaçam e fazem com que o sujeito da aprendizagem possa ampliar sua visão de mundo, enriquecer sua existência, renovar seus projetos, tecer sua sociabilidade, sentir sua liberdade” (TARSO GENRO, ex-ministro da Educação. Brasília, 27 de abril de 2004).

Todas essas considerações legais demonstram a responsabilidade colocada sobre a Filosofia e a Sociologia no ensino médio, reforçando, portanto, a necessidade de transformação, de ressignificação, reflexão e diálogo sobre o *ensino-aprendizagem* nessas disciplinas.

Cabe então nos questionarmos dentro do tema a que nos propomos investigar: Será que a obrigatoriedade¹ da Filosofia no ensino médio propicia o exercício da cidadania e da formação ética? Será que é garantia de uma atitude filosófica na práxis educativa? Quais seriam as diretrizes curriculares para essa práxis? Como pôr em prática essa lei para que não seja somente mais uma intervenção teórica no contexto educacional brasileiro?

Langdón expressa essa tarefa da filosofia com relação à vivência da cidadania, na medida em que esta faz emergir no jovem a crítica e a capacidade de questionar a realidade, se posicionando sobre a mesma:

Cada aula de filosofia procura provocar uma sacudidela nos jovens, (...) derrubar suas certezas e provocar dúvidas, violar suas virgindades, faze-los

¹ A proposta de inclusão da filosofia no ensino médio foi feita pelo Ministério da Educação em 2005, mas, como é do CNE (Conselho Nacional de Educação), a prerrogativa de definir as diretrizes curriculares nacionais, a deliberação foi feita pelos conselheiros somente neste ano de 2006, no dia 07 de julho. Agora, o parecer será homologado pelo ministro da Educação, Fernando Haddad. Segundo o documento aprovado, os Estados terão um ano para incluir a filosofia e a sociologia na grade curricular do ensino médio (Folha de São Paulo, 7 jul. 2006).

perder irrecuperavelmente incoerências e canduras. Toda a aula de filosofia exerce violência para provocar no outro um movimento. Um *movimento* rumo ao imprevisível. Supõe esse querer (no sentido de vontade e no de amor) filosófico que, por *querer a sabedoria*, a põe constantemente em xeque, a rejeita, a obriga a mudar (In Gallo et al., 2003, p. 95).

Assim, a filosofia pode desempenhar uma importante função na educação dos jovens, que vai ao encontro do proposto pela LDB e pelos PCNs do ensino médio, ao exercitar a cidadania, a capacidade de abstração, a criatividade, o pensamento crítico, a comunicação, a investigação e a dúvida, entre outros; uma vez que “*aprender a ser* supõe a preparação do indivíduo para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si mesmo, frente às circunstâncias da vida” (Brasil, 1998, p.30).

Através destas colocações legais, das reflexões e da tomada de consciência do importante papel da filosofia no ensino médio, outra dúvida surge inevitavelmente:

O QUE E COMO FAZER-APRENDER FILOSOFIA?

Em meio a tantas dúvidas, Galeffi reitera nossos questionamentos: “Qual a filosofia, afinal, haverá de ser ministrada na escola? (...) Qual é o “modelo” de referência que, dentro de nossa condição histórico-cultural, nos convém adotar?” (2001, p. 190).

E propõe, *para o fazer-aprender* filosofia:

Um exercício filosófico radical e aberto, (...) que nos permita ousar a construção de uma cultura que possa elevar a condição humana, e que a longo prazo possa fazer surgir um maior número de indivíduos produtores de um conhecimento autônomo e inventivo, superando tudo aquilo que até então predomina no mundo contemporâneo como ciência e filosofia qualificadas (2001, p. 191).

E acrescenta:

(...) se pretendermos não só criticar, mas sobretudo *transformar* o mundo, é preciso que a coragem seja a nossa companheira permanente. O fazer é o nosso campo de interesse. O “como” fazer o nosso desafio imperativo (2001, p. 191-192).

Entendemos a proposta de Galeffi quando este nos propõe uma “compreensão *poemático-pedagógica*² para o *fazer-aprender* filosofia” (2001, p.190), como a implicação de todos os indivíduos participando ativamente da aventura do *fazer-aprender filosofia*, criando um espaço permanente de reflexão junto aos professores não só de filosofia, mas de todas as

² A proposta do professor Dante Galeffi para um *fazer-aprender filosofia* num âmbito *poemático-pedagógico* que aqui nos referimos (*en passant*) é apresentada densamente em seu livro **O Ser-Sendo da Filosofia: uma compreensão *poemático-pedagógica* para *fazer-aprender* Filosofia** e foi por nós apenas salpicada. Para aqueles que tiverem o desejo de se aprofundar nesta viagem, sugiro a leitura completa da obra (*ver Referências*).

disciplinas, a fim de repensar suas práxis pedagógicas, transdisciplinarmente, através da atitude filosófica. Para tanto, é necessário uma *reflexão-ação* conjunta crítica, que leve em consideração a **LDB**; os **PCNs**; o *Relatório Jacques Delors* para a **UNESCO** da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI (*Learning: the treasure within – report to Unesco of the International Commission on Education for the Twenty-first Century*); o **meio sócio-cultural, econômico e familiar** em que está inserida a escola; e principalmente, os pequenos e os grandes cidadãos (*sujeitos singulares*) que se incluem nesta interrelação: **os estudantes** e os próprios **professores**.

Galeffi (2004, p. 5) entende que:

Trata-se das determinações das habilidades necessárias à formação do cidadão autônomo e inventivo. Nesse âmbito a Filosofia se faz poemático-pedagógica: torna-se uma teoria da ação na ação. O aprendizado filosófico é um ato de construção de regimes semióticos. É um aprendizado próprio e apropriado. Como fazer inventivo, o âmbito poemático-pedagógico de uma Filosofia da Educação (concebida polilogicamente) se ocupa do aprendizado do aprender. O foco do aprendizado é o sujeito singular, porque é sobre o indivíduo que recai a necessidade do tornar-se sujeito crítico — autônomo.

Galeffi explicita ainda, que “com a atitude filosófica, não aderimos a um sistema de verdades já construído e consolidado, mas nos colocamos na disposição aprendente da ciência do fenômeno vivo e instantâneo” (2003, p. 85).

Essa atitude filosófica nada mais é que um espírito investigativo, uma razão aberta, um olhar crítico. Quando este "espírito" predomina na educação de maneira irrestrita, pode-se dizer que o sentido próprio de episteme, na sua acepção de competência teórica, se ilumina e ganha outra alma nas possibilidades do *aprender a fazer-aprender*.

REFLEXÕES FINAIS

Não se pode prever de antemão o desfecho do que será a obrigatoriedade da filosofia no ensino médio, porém, acreditamos que a conscientização é um passo para essa atitude filosófica crítica perante o mundo, perante a vida e a si mesmo.

Para os já encabrestados por uma metodologia estreita e fechada em si mesma, com regras inflexíveis, fôrmas e formas precisas, padrões delimitados e precisão conteudística, uma *compreensão poemático-pedagógica para o fazer-aprender* filosofia pode parecer um não método de se *fazer-aprender* filosofia. Mesmo assim, há aqueles que se arriscarão em sua autopoíesis, e isso é estritamente necessário, já que um programa rigorosamente arquitetado e fechado em si mesmo desmereceria e ignoraria a essência da filosofia, a saber, a investigação, a abertura e a dúvida. Cada nova dúvida abre novas possibilidades...

Segundo Gadotti, “a dúvida filosófica representa e atesta a vontade de diálogo e interrogação”, “ela esboça e propõe, portanto, uma atitude, uma maneira de empunhar, de afrontar, o conjunto dos problemas e das tarefas educativas. Ela aponta um caminho” (2001, p.49) ou a exploração de vários caminhos.

Gadotti nos ilumina dizendo “(...) que a filosofia não deve permanecer somente na reflexão.

Assim, a intenção de re-orientar o processo educativo, colocando no currículo do ensino médio a filosofia e a sociologia como disciplinas, significa correr riscos, é preciso pensar sobre o *como* fazer. Cada escola e cada professor deve encontrar sua própria *compreensão poemático-pedagógica* e para isso, é necessário uma lucidez, uma atenção vigilante e paciente, engajamento, conhecimento, audição apurada, sentimento, pathos, reflexão e vivência, formação e informação, problematização e amor ao ser e ao saber. Um professor que ainda não despertou para estes sentidos de *ser-no-mundo-com*³, não está preparado para esta missão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez., 1996.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnologias. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio/ Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Práxis*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001.

GALEFFI, Dante. “Filosofia da educação: esboço de uma fusão polilógica - fenomenológico-analítico-dialético-pragmática”. In: *Revista de Educação e Cultura*, Edição especial on-line n. 7, Salvador: Quarteto Editora, 2004.

_____. *Filosofar e educar: inquietações pensantes*. Salvador: Quarteto Editora, 2003.

³ Expressão forjada pelo educador Dante Augusto Galeffi para representar o ser humano em sua natureza complexa e plural. A mesma é tirada de Heidegger com o acréscimo redundante do "com", para enfatizar o sentido implicado homem-mundo-outros, como modo constitutivo do ser que somos.

_____. O ser-sendo da filosofia: uma compreensão *poemático-pedagógica* para o *fazer-aprender* filosofia: Salvador: EDUFBA, 2001.

GALLO, S. et al. (orgs.). *Filosofia do ensino de filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2003

GENRO. Tarso. Projeto de Lei para a inclusão da Filosofia e da Sociologia nos currículos de Ensino Médio como disciplinas obrigatórias. Brasília, 27 de abril de 2004.

HARNIK, Simone. Filosofia e sociologia obrigatórias no ensino médio. Folha de São Paulo, 7 de jul. 2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao>>. Acesso em: 7 jul. 2006.

Morin, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

UNESCO. “Declaração de Paris para a Filosofia” (aprovada durante as jornadas internacionais sobre *Philosophie et Démocratie dans le Monde*, organizada pela UNESCO, em fevereiro de 1995), Disponível em <<http://www.unesco.org.br>>. Acesso em: 15 jun. 2006.